

PLANO DO GOVERNO SINALIZA NA DIREÇÃO DO CRESCIMENTO

(Roberto Nicolau Jeha, empresário.)

Proposta divide empresários

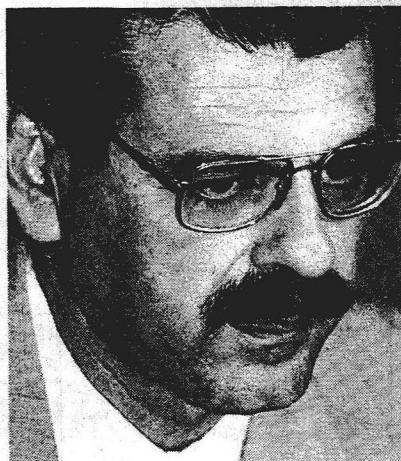
INDÚSTRIA ESPERA REDUÇÃO DOS JUROS PARA VOLTAR A INVESTIR, MAS QUER CORTE DE DESPESA DO GOVERNO.



O plano econômico proposto pelo ministro do Planejamento e da Fazenda, Paulo Haddad, ganhou a aprovação do empresário Roberto Nicolau Jeha, primeiro vice-secretário da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp). "Ele sinaliza na direção do crescimento econômico. É a regra básica para o País sair da estagnação em que se encontra. Se o Estado não sinaliza, o mercado não resolve isso por si só. O governo está induzindo o crescimento e não esperando que o mercado resolva tudo", afirmou.

Na sua opinião, assim que o governo reduzir os juros, a economia voltará a crescer: a indústria terá condições de investir mais, reduzindo sua capacidade ociosa e gerando mais empregos. Um fato a destacar, segundo ele, é a preocupação do governo em tornar os juros compatíveis com a produção e não extorsivos como eram no governo anterior, desviando todo o capital para o setor financeiro.

Mas para Walter Sacca, da diretoria do Ciesp e até há pouco diretor do Departamento de Economia da Fiesp, o programa econômico tem problemas: prevê diminuição de receita, mas



Sacca: problemas no programa.

não fala em diminuição de despesa. Isso aumenta o déficit e pode por tudo a perder. "Não entendo como se pode dar esmola com o dinheiro dos outros, quando se está falido" — diz Sacca. "O governo tem que anunciar cortes de despesas".

Sacca demonstra ceticismo quanto à execução do programa econômico: "É o anúncio de um desejo, não de medidas". Acha que a redução dos juros e a retomada do crescimento "só vêm como o aumento do investimento por parte das empresas, que por sua vez só vêm com confiabilidade no governo". Reclama que Itamar "fala em economia de mercado, mas controla pre-



Bergamini não vê novidade

ços; fala em modernidade, mas suspende as privatizações".

Mas ele acha que certas medidas representam "o passo certo, a direção certa, que devem ser estimulados". É o caso dos acordos setoriais com a iniciativa privada, pretendidos pelo governo, para fixar metas como de produção, emprego, investimento. Em troca, o governo reduziria gradualmente a carga tributária e criaria linhas de crédito específicas". Programas como esse, considera Sacca, serão possíveis "dentro de um programa de reforma fiscal com redução de despesa. O governo não pode abrir mão de receita".

Um outro empresário, Ro-



Jeha: no caminho certo.

berto Bógus, primeiro vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), aprova a proposta de retomada econômica do governo Itamar Franco. Referindo-se à promessa do governo de diminuir gradualmente a carga tributária, em troca de novos acordos setoriais da indústria automobilística e da agroindústria, ele comentou: "Reduzir impostos significa ampliar vendas. O resultado é a criação de novos empregos e aumento dos investimentos. Essa é a melhor fórmula de combater a inflação".

Já o empresário Sérgio Luis Bergamini da indústria de pa-



Montoro elogia concorrência

qualquer novidade no plano de Haddad. "Nada é diferente do que já vinha sendo traçado. O que quero saber é de onde virão os recursos para levar adiante estas medidas em dois anos."

A tributarista Mérces da Silva, por sua vez, está convencida de que será muito complicado o Congresso aprovar o plano, desrespeitando o princípio constitucional da anterioridade: para uma lei entrar em vigor, tem que ser aprovada e publicada no exercício anterior. "Eles teriam que abrir uma exceção e a medida seria contestada na Justiça," disse (veja matéria na página 8).

As medidas do plano econômico anunciado pelo governo

não agradam Celso Hahne, presidente da Associação Brasileira de Metais Plásticos (Abiplast), que representa 4.500 indústrias. Ele não vê como o governo — "o maior empresário do País" — irá reduzir o preço de produtos das estatais, como energia elétrica. "Se ele baixar de um lado, vai ter que aumentar do outro. Ou tirar dinheiro do Tesouro". "A não ser que o governo examine as planilhas de custo das estatais e demita metade do pessoal; aí sim, vai conseguir reduzir custos e a inflação".

O plano econômico não toca no programa de redução progressiva de alíquotas, implantado no governo Collor, que permite a entrada de produtos estrangeiros. O economista André Franco Montoro, presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Fipe, acha isso bom. Considera que a concorrência dos produtos estrangeiros "tem aumentado a eficiência da indústria brasileira". Com ele concorda o empresário Manoel Lopes, presidente da Ultratec, uma das maiores firmas de engenharia industrial do País: "O protecionismo tem que acabar". Ele acha bom o plano econômico: "O País não pode ficar parado".